

O papel da tradição oral a construção da auto-identificação quilombola na Comunidade Santo Antônio dos Pretos em Grajaú-MA

The role of oral tradition in the construction of quilombola self-identification in the Santo Antonio dos Pretos Community in Grajaú-MA

Kelly dos Santos Araújo¹
Richard Christian Pinto dos Santos²

Resumo

Este artigo analisa os discursos de auto-identificação por meio da tradição oral no Quilombo Santo Antônio dos Pretos, no município de Grajaú. A análise se estende ao fato de que comunidades de quilombo, bem como outros moradores rurais, também vêm chamando para si a auto-identificação de quilombolas e para esses espaços da cidade, de quilombos. Procura-se entender o que essa representação expressa, tanto a exclusão da terra no campo, como a segregação socioespacial e racial na cidade. Em ambos os casos, os grupos buscam uma identidade comum. A identificação e a representação do quilombo tornam-se base para a sobrevivência física e cultural, significando também a tentativa de enraizamento social e espacial ou de criação de uma nova territorialidade, a inserção social pela dignidade e a recuperação da autoestima. Postula-se que o processo de luta pela terra por parte da comunidade local, constrói uma subjetivação e uma identidade cultural e social.

Palavras-chave: Quilombo. Identidade. Territorialidade. Tradição oral.

Abstract

This article analyzes the discourses of self-identification through an oral tradition in the Quilombo Santo Antônio dos Pretos, located in the municipality of Grajaú. The analysis extends to the fact that quilombo communities, as well as other rural dwellers, have also been calling for the self-identification of quilombolas and for these spaces of the city, quilombos. It seeks to understand what this representation expresses, both the exclusion of land in the countryside, and social, spatial and racial segregation in the city. In both cases, the groups seek a common identity. The identification and representation of the quilombo become the basis for physical and cultural survival, meaning also the attempt of social and spatial rooting or creation of a new territoriality, social insertion for dignity and recovery of self-esteem. The authors postulate that the process of struggle for land by the Santo Antônio dos Pretos community builds a subjectivities and a cultural and social identity.

Keywords: Quilombo. Identity. Territoriality. Oral tradicton.

¹ Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas, UFMA – Campus de Grajaú. *E-mail:* kellyaruhj@gmail.com

² Mestre em Educação pela UFMA – Campus Dom Delgado. *E-mail:* richardchristian1984@yahoo.com.br

1 Introdução

Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando as culturas e as formas de viver que deixaram em suas diferentes regiões de origem na África, em um conjunto de dinâmicas sociais que levou à formação da cultura afro-brasileira.

A diversidade cultural e organização social e espacial são algumas das vertentes de estudo sobre a comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos em Grajaú, Maranhão, nesse processo histórico de luta pela reintegração de suas terras. A forma sustentável que usam para sua própria sobrevivência é uma característica imprescindível da sua auto-identificação como negro e herdeiros de seus antepassados. É na luta que os membros da comunidade constroem sua identidade quilombola.

A partir dessas afirmações positivas, surgiu o interesse em pesquisar sobre sua diversidade, sobre sua luta pela terra e pela cidadania, através de uma pesquisa oral, usando as falas como um registro histórico e ouvindo atenciosamente a cada detalhe, porque todas as informações coletadas é uma parte da história que está sendo resgatada. Tal metodologia, pautada na corrente teórica dos Estudos Africanos, visa compreender o processo de integração na comunidade quilombola e refletir sobre as categorias presentes no quadro de uma exclusão social e histórica com implicações étnico-raciais.

Nesse sentido, a própria categoria conceitual camponês não abrange as diferentes realidades que compõem a relação com a terra no campo, considerando a realidade construída pela definição do acesso à propriedade coletiva do território e da forma como a modernização se realizou aponta para a valorização e inclusão por meio de uma política de promoção da igualdade étnico-racial considerando a organização dos quilombos mediada pela sua africanidade.

O principal desafio continua sendo a permanência na terra. A revisão de literatura demonstra que a maioria das comunidades sofre com o descaso, infraestrutura, apoio governamental e com os conflitos originados dessa situação. Os quilombolas batalham ainda para assegurar direitos básicos, como o acesso à saúde, à educação formal, à capacitação profissional, à melhoria das condições de trabalho e geração de renda. A tradição oral é um

dos campos dessa disputa, pois é por meio dela que ocorre a socialização do legado cultural e identitário do grupo.

Este artigo faz parte de um processo de pesquisa maior acerca desta realidade quilombola no município de Grajaú. Sua proposta é apresentar alguns resultados parciais, através do objetivo geral de analisar a representação quilombola expressa por grupos presentes na cidade e no campo, pensando a questão do território, na perspectiva geográfica das dinâmicas historicamente em movimento de segregação espacial e resistência territorial. Nessa perspectiva, investigar como se deu o processo histórico que fez com que sujeitos de um determinado grupo social se auto-identificar de quilombolas. Este fenômeno significa pensar a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver num lugar, nesse caso, um território.

Desta forma, não seria possível nomear a priori ou conceituar a situação aqui estudada, pois é através da pesquisa e pela análise das falas dos vários sujeitos engendrados nessas tramas sociais e pela interpretação que a teoria apresenta, é que a reflexão tornaria mais próxima o conceito do real.

Por sua vez, não parece suficiente encarar a identificação com a classe, com a história ou com a etnia como processo hegemônico em um determinado grupo. Do contrário, o ser excluído seria condição absoluta da consciência, o viver na periferia seria condição da exclusão ou o ser pobre engendraria estratégias conjuntas entre brancos e negros e entre negros e negros na cidade. Há entre essas esferas, uma série de mediações, das quais a representação, a ideologia e a identidade são categorias fundamentais de entendimento.

É preciso nos perguntar sobre quais são os processos de definição da identidade, não vista aqui como categoria inata ao ser humano, ou como um dado, mas construída pelos processos sociais e psicológicos do ser (CIAMPA, 2001). Ciampa (2001, p. 33) considera que ao se estudar o processo da construção da identidade “precisamos captar os significados implícitos, considerar o jogo das aparências, fundamentalmente com o desvelamento do que se mostra velado”.

A partir dessas afirmações, a pesquisa teve as seguintes questões norteadoras: Como se dá a trajetória de luta dos moradores da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos pela legitimação do seu território a partir do momento que retornaram para a mesma? Quais as estratégias de resistência que são utilizadas pela comunidade para a reafirmação da sua territorialidade?

Dessa maneira, compreende-se como objetivo principal da pesquisa analisar a trajetória de luta e resistência da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos a partir do processo de certificação do território; bem como resgatar através da oralidade a história de reterritorialização da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos; entender as estratégias de resistência quilombola a partir da reafirmação da identidade; identificar as especificidades na organização do território quilombola a partir das dimensões econômica e cultural e discorrer sobre a relevância da certificação da Comunidade Santo Antônio dos Pretos para a reafirmação da sua identidade e o respeito aos seus direitos.

2 Processos de subjetivação e identitários

Versar sobre processos de subjetivação e identitários faz com que um conflito disciplinar histórico se reavive. Psicologia e Sociologia, no cerne das Ciências Humanas, formularam, disciplinarmente e interdisciplinarmente, variadas teorizações acerca de como o sujeito se torna sujeito. Nesse estudo, por questões de referenciais, concentrar-nos-emos nos estudos sociológicos sobre o sujeito e sobre a noção de identidade. Entretanto, é na Filosofia que iniciamos nossas reflexões, em especial nas contribuições dos estudos foucaultianos sobre o processo de subjetivação.

Michel Foucault marcou sua trajetória filosófica pela cunha de possibilitar em seu pensamento a transversalidade entre as Ciências Humanas. É baseado neste aspecto que consideramos as formulações teóricas do filósofo francês como basais para a construção do raciocínio que estamos tentando fazer aqui. Foucault (1995), ao longo de sua obra, elabora o que se chama de “trama saber-verdade-poder-subjetivação”. Ele defende uma tese que afirma que todo saber, emerge através dos discursos, se requisita como verdade e funciona assim como uma estratégia nas relações de poder em que os indivíduos estão imersos.

É a partir desse saber-verdade-poder que os indivíduos tornam-se sujeitos, ou seja, o processo de constituição da subjetividade em Michel Foucault se dá nas relações de saber-verdade-poder que marcam nossa vida social. Ao tomar essa tese foucaultiana em uma esfera individual-psicológica, a depender da teia de saberes que vai me envolvendo, no percorrer da vida, a depender de como utilizamos uma verdade para lidar com outra verdade nas lutas estratégicas das relações de poder que estamos imersos, constituímos-nos como uma forma-

sujeito ou como outra. Acerca desse entrelaçamento saber-verdade-poder-subjetivação, Foucault (2003, p. 229, grifo do autor) afirma que:

Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam-se possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdades têm, elas próprias, efeitos de poder que *nos unem nos atam*.

Vale enfatizar que o uso que Michel Foucault faz de luta expressa que estamos sempre em embate contra algo, não somente pelo o que é antagônico a nós, mas também contra nós mesmos. Se o poder se manifesta pelas relações de força, essas por sua vez constituem-se em pequenas lutas que se dão verticalmente, mas em grande maioria, horizontalmente. “Nós lutamos todos contra todos. Existe sempre algo em nós que luta contra outra coisa em nós” (FOUCAULT, 1979, p. 257). Por ora, o que iremos tomar como contribuição da trama foucaultiana de saber-verdade-poder-subjetivação é que “nós” nos constituímos enquanto “nós” a partir desses saberes e a partir das relações de poder estabelecidas. Percebe-se assim que o sujeito foucaultiano é pensado através das práticas sociais de divisão. Como ele mesmo afirma, “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva” (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Como afirmado acima, o sujeito não é etéreo, ele se constitui com cor, desejo, valores, crenças, com um lugar, um corpo, um sexo. Da mesma forma que esses marcadores dividem socialmente os sujeitos, eles também funcionam como fontes que estabelecem o processo de agrupamento. Os processos identitários compartilham o mesmo percurso dos processos de subjetivação. Constituímo-nos como “eu” a partir do que temos em comum com “nós” e de incomum com os “outros”.

No que tange à noção de identidade, concordamos com Cardoso Oliveira (2006, p. 60) quando este afirma que o “eu” é uma “agência estratégica de articulação de identidades sociais frente ao mundo moral”. Se somos constituídos por diversos marcadores sociais e culturais e se estes estão em lutas internas ao sujeito e externas nas relações de poder frente aos “outros”, o “eu” vai constituir-se como a atividade reflexiva que irá manejar essas diferenças intra e inter-sujeitos. O sujeito se identifica com diversos marcadores culturais que me fazem construir uma identidade sobre si. Porém, a depender das situações sociais, pode recorrer a um marcador ou a outro, que seja mais estratégico às relações de poder nas quais está imerso. Logo, as ramificações identitárias são variadas, assim como são variadas as

relações de poder nas quais estamos imersos, tornando o processo de construção de identidade complexo.

Castells (2010) avança na análise dos processos de subjetivações e identitários ao situá-los na atualidade, em um mundo organizado em rede. O autor afirma que “[...] vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes” (CASTELLS, 2010, p. 18). Nesse sentido, aquilo que Cardoso Oliveira (2006) discute como a liberdade de manipular nossas identidades sociais na esfera moral da cultura, se intensifica na sociedade em rede, onde as lutas se expandem até as relações mais capilares.

O que temos atualmente é um *boom* de identidades que se fundamentam em saberes-verdades dos mais variados e infinitos. Os marcadores culturais que constituem um sujeito se multiplicam em cada “detalhe”. Swain (2005), a partir dos estudos foucaultianos e de Judith Butler, afirma que a identidade vem se constituindo como nômade, heterotópica, e já não é possível situá-la estagnada em um lado de um suposto binarismo de isto ou aquilo. Ela debate com o que Castells (2010) coloca como a passagem da “identidade de resistência” para “identidade de projeto”, que são as novas manifestações de auto-afirmação identitárias da sociedade em rede, que vêm dando novos ares aos processos de subjetivação na contemporaneidade.

Castells (2010, p. 22) entende por identidade “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”. Assim, o sujeito possui identidades múltiplas, que dialogam entre si no processo de luta e manejo. Para este autor, podemos tipificar os processos identitários em três percursos: legitimador, resistente ou de projeto. A identidade legitimadora é aquela estabelecida no sujeito a partir das instituições dominantes da sociedade, consiste no processo de normalização e disciplinamento, onde o sujeito se constrói a partir de uma moral estabelecida. A identidade de resistência é aquela que é produzida a partir de situação de desvalorização e estigmatização de alguns grupos sociais por parte das instituições dominantes, fazendo com que os sujeitos se agrupem em trincheiras de luta e defesa de seus marcadores culturais. A identidade de projeto é a construção de uma nova identidade através do processo de resistência a fim de reestruturar a sociedade com a afirmação de outras identidades fora as pré-estabelecidas. Castells (2010) aponta que esses três processos

identitários são circulantes, assim a identidade de resistência pode se transformar em uma de projeto e posteriormente em uma legitimadora, precisando assim da análise do contexto histórico para identificá-las.

A diversidade irá se estabelecer nesses dois processos: subjetivação e identitários. O que tomamos como diferenças entre sujeitos e grupos sociais, se estabelecem no cenário social, histórico, cultural e geopolítico que subjetiva os indivíduos pela trama saber-verdade-poder e pela construção de identidades, a partir da formulação de significados dados aos atributos desses sujeitos e grupos (sexuais, religiosos, nacionais, étnicos, territoriais, biológicos e outros).

A tradição oral compõe um elemento importante para compreender metodologicamente a atitude dos grupos populacionais que atribuem à palavra falada não unicamente como processo de comunicação, mas como meio de preservação interna de sua sabedoria ancestral. Por consistir em um elemento sociocultural eminentemente africano, o fazer historiográfico eurocêntrico possui uma série de lacunas metodológicas para produzir cientificamente sobre essa ambiência simbólica. A perspectiva teórica decolonial proposta a partir do advento dos Estudos Africanos, surgidos a partir de meados do século XX, amplia significativamente as competências analíticas para fins de compreensão da identidade dos grupos populacionais africanos e afro-diaspóricos (KI-ZERBO, 2010).

3 A historicidade das comunidades quilombolas e suas respectivas contribuições para a formação de novas identidades

Chiavenato (1999) comenta que o primeiro quilombo no Brasil surgiu em 1575 na Bahia, expandindo-se modelos semelhantes para outras partes do Brasil. Sobre isso, evidencia-se que nas localidades com pouco contingente de escravizados, o fenômeno também ocorria. Dessa maneira torna-se importante analisar que os quilombos surgiram a partir dessa necessidade tanto de fugir da escravidão quanto para possibilitar com que negros livres tivessem seu próprio território.

Como também se pode observar, o primeiro quilombo no Brasil surgiu 75 anos depois do “descobrimento” do Brasil pelos portugueses, o que leva a uma discussão sobre como esse processo de descobrimento trouxe efeitos desastrosos para esses povos que foram

obrigados de maneira forçada a saírem do continente africano e serem escravizados nas terras sob o domínio português e não apenas no Brasil.

Reis e Gomes (1996) destacam que sempre houve resistência no processo de escravidão, e isso se dava a partir de diferentes formas: rebeliões individuais e particulares, recusa de realizar determinadas atividades, incêndio de plantações, quebra de ferramentas, ou mesmo quando o escravizado se feria propositalmente ou fingia estar doente.

O suicídio também era uma alternativa considerada viável, pois de acordo com o sincretismo presente em alguns povos africanos, quando se era enterrado na terra, poderia o corpo voltar à África. Com o intuito de coibir a prática do suicídio e a ideia de possível volta ao continente africano, os senhores mandavam decapitar os corpos e enterravam os pedaços em pontos diferentes, isso fez com que os negros substituíssem gradativamente a prática de suicídio e buscassem meios mais eficazes de lutarem contra as condições escravagistas a que eram submetidos (ARAÚJO, 2004).

Quilombos como o de Palmares passam a ter um papel significativo para o entendimento sobre a articulação dos escravizados em prol de sua resistência, especialmente no século XVIII, tendo em vista que na ocasião em que Pernambuco foi invadida pelos holandeses (1630), muitos dos senhores de engenho acabaram por abandonar suas terras. Este fato beneficiou a fuga de um grande número de escravizados. Estes, após fugirem, buscaram abrigo no Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas.

Esta situação fez com que os quilombolas fossem combatidos tanto pelos holandeses (primeiros a combatê-los) quanto pelo governo de Pernambuco, sendo que este último contou com os serviços do bandeirante Domingos Jorge Velho. A luta contra os negros de Palmares durou por volta de cinco anos. Contudo, apesar de todo o empenho e determinação dos negros chefiados por Zumbi, eles, por fim, foram derrotados (ARAÚJO, 2004).

Nesse sentido, observa-se que os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África e contribuindo para a formação da cultura afro-brasileira.

Peragalli (2001) reforça a ideia de que a população negra oriunda da África não foi omissa no processo de resistência à escravidão, considerando que mesmo em território africano, era comum a organização de motins nos navios para a fuga. Saraiva e Jonge (1992) também corroboram com tal perspectiva, assinalando que os africanos se mobilizaram em

dois momentos: Quando eram capturados para serem escravizados e quando passaram a se organizar através de lutas e revoltas nas colônias. Os quilombos tiveram papel significativo neste processo, pois propiciaram que os negros se articularassem em prol da sua liberdade.

Como se pode observar, os negros africanos não foram alheios ao processo de escravidão a que foram submetidos e procuraram diferentes maneiras de lutar para fugir do cativeiro. Entretanto, os quilombos não significaram a única maneira dessa organização, embora sem dúvida tenham sido uma das mais relevantes, pois permitiram um modelo de organização totalmente diferente do modelo de organização social e política das colônias.

Sobre o conceito de quilombo, cada destacar que estes denominam:

Aqueles territórios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras; [...] São também alcançadas pela expressão terras de preto aqueles domínios ou extensões correspondentes aos quilombos que permanecem em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário que orientavam uma apropriação comum dos recursos. Localizáveis em regiões do Norte de Goiás, São Paulo, Maranhão e Minas Gerais, caracterizam-se pela persistência das mobilizações em confronto. (ALMEIDA, 2002, p. 45-46).

Os quilombos compreendem terras que surgiram a partir de escravizados ou ex-escravizados, que compravam ou mesmo adquiriram através de doação essas terras e que possuíam uma forma específica de se organizarem, estando preferencialmente situadas em locais isolados, justamente para evitar com que os senhores pudessem encontrá-los.

Etimologicamente falando, a palavra *quilombo* faz uma alusão a um terno africano significando esconderijo e no Brasil se tornou um espaço onde negros se refugiavam em busca de abrigo e lá tentavam construir comunidades que tivessem a mesma organização social que as comunidades africanas que habitavam antes da escravidão.

Almeida (1999) faz algumas considerações acerca das formas de organização social quilombola em relação ao contexto agrário, onde enumera cinco elementos que definem e que são definidos de quilombo: relacionados à ideia de fuga, onde haveria uma quantidade de fugidos que utilizavam o isolamento geográfico para se protegerem, os quilombos também eram denominados de ranchos, moradias comuns cujos habitantes se organizavam através da Agricultura de autoconsumo, também conhecida como Agricultura de subsistência.

Após a exposição desses elementos, Almeida (1999) considera essencial que estes se tornem relativizados, a partir de uma leitura crítica da representação jurídica que até então considerava o quilombo como algo isolado, que ia além da civilização e da cultura.

São considerados “uma organização de camponeses livres que cultiva a terra, que pratica a policultura, que não destrói a natureza porque não tem necessidade disso e que é relativamente homogêneo” (SANTOS, 1985, p.62).

Outro aspecto que deve ser destacado é que os quilombos se desenvolviam com suas próprias especificidades, através de uma organização sociopolítica própria, tendo suas próprias lideranças no que se refere à colônia. Além disso, as comunidades quilombolas não eram existentes apenas no Brasil, mas em países como Suriname e Guiana (CUNHA, 2005), dessa forma, estas comunidades realizavam trocas e desenvolviam determinadas relações políticas e econômicas.

4 Quilombo Santo Antônio dos Pretos e os vultos históricos sobre o processo de reintegração e posse da terra

O município de Grajaú está localizado na meso-região Centro Maranhense, às margens leste do Rio Grajaú, possuindo uma área de 7.408 km², distante de São Luís 418.284 km, a qual está ligada pela BR 226 e a MA-006. O município é um dos 20 maiores do Maranhão, a sede do município encontra-se a 130 metros de altitude acima do nível do mar, limitando ao norte com Arame, ao nordeste com Itaipava do Grajaú, a leste com Barra do Corda, ao sul com Formosa da Serra Negra, ao oeste com Sítio Novo, e ao Noroeste com Amarante do Maranhão.

Dessa caracterização geográfica descritiva perpetuou-se o desenvolvimento da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos, situada ao sul do município e banhado pelo o Rio Grajaú e o Riacho da Faca, ocupando uma área 3.700 hectares, a 60 km da sede, na produtividade e na sustentabilidade. A representatividade do quilombo baseia-se em certos ecossistemas, como os de floresta, e das margens do rio, os quilombolas tornaram-se extrativistas, ribeirinhos e pescadores, além de agricultores, no interior das matas, lugares que serviram de abrigo. As simbologias e representações sobre a natureza formuladas pelos quilombos originaram a base da identidade homem-meio.

Permanecer nessas terras após algumas lutas revela-se uma vitória histórica numa sociedade camuflada pelo “mito da democracia racial”. Num sistema sócio-econômico-político e territorialmente excludente, a luta pela terra nos quilombos é, de um lado, uma fração da luta pela reforma agrária e de outro, uma tentativa de reparar parcialmente a

histórica da exclusão social do negro brasileiro, no tocante às comunidades com identidades próprias.

A luta por dignidade e pela a liberdade igualitária, ainda não é motivo de destaque no Brasil, fortalecendo ainda mais e contribuindo de forma significativa para obscurecer as diferenças raciais. Assim as informações coletadas foram extraídas a partir de conversas informais com a senhora L1. a respeito da reintegração da comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos que ocupa uma área de 3.700 hectares, comprada por uma ex-escrava Maria Inácia de Araújo já falecida, que por sua vez sonhava em residir e criar seus dez filhos longe do sofrimento escravista e das péssimas condições de vida que lá viviam.

Durante muitas décadas a propriedade foi habitada por Maria Inácia e seus descendentes, porém por volta da década de 70 devido à morte de um dos mais importantes líderes da comunidade e as ameaças constantes vindas de alguns latifundiários da região, uma grande parte da terra ficou abandonada, diante do êxodo rural de alguns dos seus moradores.

Porém, em 2005 começa a luta dos descendentes da comunidade pela posse da terra, com o surgimento de uma associação de moradores, que objetivava defender e representar os interesses dos descendentes da comunidade, nesse processo de luta pela posse descobre-se que a comunidade se insere no conceito de “comunidade remanescente de quilombo”, dando início também a uma tentativa de reconhecimento e titularização pela Fundação Cultural Palmares e pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/MA³.

A terra antes era uma propriedade particular, tinha o título de Fazenda Santo Antônio dos Pretos, depois do processo de territorialização e o de reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos foram entregues pelas autoridades maranhenses, a titulação à Comunidade Remanescente de Quilombo. Podemos compreender, então, o porquê da luta dos negros por terra não ter o seu devido destaque.

Esse processo de busca pela titularização não se constituiu como algo fácil, tendo em vista que a comunidade sofria com as ameaças vindas de dois grupos que estavam dentro do território quilombola. Integrantes da P. A. Angico (que estavam irregularmente da terra através de uma demarcação do INCRA) e um pequeno grupo de latifundiários (membros de

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - MA
Revista Turismo & Cidades · São Luís · v. 1, n. 1, p. 57-72, jan./jun. 2019.

famílias tradicionais do município de Grajaú) estavam ocupando a terra. Nesse sentido surge ainda a tentativa de desapropriação da terra, um processo que perdura até os dias atuais.

Em 04 de novembro de 2010, através da Portaria nº 135, de 27 de Outubro de 2010 expedida pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade passa a ter a certidão de auto-definição de remanescente de quilombo, contribuindo dessa forma para que a comunidade pudesse buscar recursos para a agricultura e criação de animais, por exemplo.

A comunidade prima pela sustentabilidade, não permitindo que os membros desmatem a floresta nativa ou mesmo que não preservem o Riacho Faca, cuja água abastece a comunidade. Diante do processo de aumento da demanda imposta pelo capitalismo, atualmente a comunidade sofre com um novo problema, a retirada de madeira do seu território pelos latifundiários e assentados que ainda ocupam o local, provocando a acentuação dos conflitos e a presença cada vez mais constante da força policial para a minimização destes.

A comunidade se pauta na política do associativismo (MARTINS, 1995), considerado pelo autor como um segmento do movimento social no campo. Na comunidade são realizadas reuniões mensalmente, destinadas para discutir os problemas da comunidade e os benefícios que estão sendo destinados para a sua manutenção, tendo em vista que muitos membros da comunidade saem para a zona urbana em busca de emprego e melhores condições de vida.

Diante dessa problemática, surge uma nova questão: os benefícios que poderiam ser trazidos pela reforma agrária. A comunidade não tem nenhum acompanhamento por parte do INCRA e do PRONAF⁴, o que acarreta no fato de que não há incentivos financeiros para a agricultura e para a criação de animais no quilombo, mesmo com a garantia desses direitos a partir da portaria que o certificou enquanto comunidade remanescente.

Atualmente, o quilombo vem voltando a ser povoado gradativamente, sendo que já há dez famílias na localidade, com uma organização política peculiar, tem por matriarca da família a senhora Ana Luiza Ribeiro dos Santos (nora da ex-escrava Maria Inácia) que também é presidente da associação e uma das principais militantes pelo direito à terra.

Sobre a questão da identidade, esta é construída a partir dessa militância, porém, ainda há membros que se consideram apenas “herdeiros”, não se sentindo totalmente pertencentes àquela terra. Tal processo é lento e envolve não apenas a questão de parentesco,

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Revista Turismo & Cidades · São Luís · v. 1, n. 1, p. 57-72, jan./jun. 2019.

mas sim o sentimento de “ser quilombola”, não se identificando apenas como membro de uma associação. Nesse sentido, muitos deles se auto-definem como trabalhadores rurais, e não como integrantes de uma comunidade quilombola, com características distintas dos assentados e dos demais lavradores.

Seguramente, a luta pela demarcação e regulamentação das terras dos remanescentes de quilombos ou “terras de preto” tem seu devido destaque como parte da luta por uma sociedade mais justa, em especial no Estado do Maranhão.

Quanto aqueles que se auto-identificam como quilombolas, o processo de desenvolvimento e integração da terra se deu, logo após a conquista da mesma. Que de certa forma influenciou os descendentes quilombolas a auto-identificação e a valorização do espaço organizacional na sociedade civil, fortalecendo e estreitando os laços familiares e de seus ancestrais. Cristalizando sua existência, podemos destacar suas diversidades nas mais singelas formas, vivências, costumes, sustentabilidade e as falas. O desenvolvimento específico com a natureza, de descendentes de escravos, se transformou em camponeses. O relacionamento humano com a terra tornou-se fundamental como meio de sobrevivência na sociedade, viver nos quilombos equivale arar e cultivar a terra para dela extrair recursos necessários à vida e também dela fazer sua moradia e nela reconstruir seu suporte cultural, numa perspectiva de auto-sobrevivência.

Esse conjunto de considerações e de fatos apresentados nos convida a participar do debate sobre a relação sociedade e natureza atualizado aqui pelos quilombos. Hoje, o quilombo vem sendo povoado por dez familiares segundo Ana Luiza Ribeiro dos Santos, sendo uns filhos e outros familiares. Lutam pela implementação de outra forma de vida, de outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos. Desse modo, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito à sua humanidade.

A efetiva participação do negro no movimento pela posse de suas terras. Engajado coletivamente, sua luta ultrapassou a questão preconceituosa e a desvalorização de sua etnia, sua conquista comprovam os fatos ocorridos por muitos outros remanescentes quilombolas, que tiveram ousadia de lutar para terem seus direitos garantidos perante a Constituição.

Assim sendo, tendo como marcas incontestes a resistência e a organização, a Comunidades Santo Antônio dos Pretos tem empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra bens considerados

sagrados e formadores de uma identidade étnica. A infra-estrutura é dos subsídios que marca a luta quilombola, a construção de espaços educacionais e de saúde para o melhor desenvolvimento da comunidade.

5 Considerações finais

O quilombo ressurgiu como identidade reconstruída a partir do passado comum. A constatação da escassez da sua cultura, verificada principalmente pelos mais velhos, foi possível mediante a comparação entre um passado de sofrimento e um presente de abundância e alegrias. O quilombo surgiu da organização em torno de uma nova estética e estilo de manifestação político-cultural de protestos sociais.

A condição de ser negro contém novas possibilidades como pertencer a um grupo antigo, a uma ancestralidade ou a tradição cultural. O quilombo parece prometer a possibilidade de garantir a terra, a comunidade e a auto-estima. Uma nova identidade? Essas considerações sobre quilombos, o meio e a cultura, exigem uma pesquisa própria o desafio do diálogo entre geografia e outras ciências, com respostas necessariamente novas e este trabalho traz a importância da comunidade quilombola e valorização de suas raízes culturais e representativas no meio social.

As manifestações culturais trouxeram para comunidade quilombola a valorização da sua cultura, que transcende a sua ancestralidade, da identidade étnica em suas diversas formas, do estudo da natureza, e das diferentes formas, de relação com a natureza e com a sociedade. O quilombo tem como mecanismo regulador cultural e da defesa do meio ambiente.

Sobre a questão da resistência na comunidade quilombola, observa-se que ela está intimamente ligada à questão da identidade e do sentimento de pertencimento ao território, nesse sentido, a identidade quilombola se dá a partir de inúmeros aspectos, mas estes só se legitimam a partir da garantia do direito à terra. Porém, a luta quilombola persiste mesmo com a posse da terra, tendo em vista que são constantes os conflitos de terra, onde Leite (2010, 31) afirma que: “É neste cenário que os conflitos mais violentos resultam da sua própria criminalização, quando inclusive a intervenção policial se interpõe para garantir os direitos dos latifundiários e agentes expropriadores dos direitos dessas comunidades tradicionais. Trata-se de uma situação que se reproduz há séculos”.

A resistência é um elemento visível na comunidade, sendo notória a maior

mobilização da comunidade quilombola em busca dos seus direitos, porém “ao mesmo tempo em que as reivindicações crescem, há também o risco eminente de fragmentação do próprio movimento, pela heterogeneidade das situações e pelas idiossincrasias reveladas em seu interior e que são, em parte, próprias do processo político em que se inserem esses movimentos sociais” (LEITE, 2010, p. 23).

Em meio ao avanço do capitalismo no espaço rural, onde o agronegócio passa a atingir “tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exercem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos” (ELIAS, 2006, p. 25), as comunidades tradicionais (quilombos, pequenos agricultores, ribeirinhos e indígenas) passam a ser alvos desse processo, o que acaba contribuindo para a tentativa de permanecer em sua terra e tirar dela a sua subsistência.

Entender o quilombo Santo Antônio dos Pretos como um movimento social no campo se constitui como elemento significativo para entender a própria dinâmica agrária do nosso país, que sempre manteve escondida a história de luta dos movimentos camponeses, onde “[...] A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes”. (MARTINS, 1995, p. 26). Dessa maneira, torna-se possível desvendar a história desse povo, evidenciando suas lutas e a busca pelos seus direitos fundamentais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Os quilombos e as novas etnias”. *In*: LEITÃO, Sérgio (org.). **Direitos territoriais das comunidades quilombolas rurais**. São Paulo: ISA, 1999.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: E. C. O’Dwyer. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

ARAÚJO, Manoel. A ferro e fogo. *In*: CANCELLI Elizabeth (org.). **Histórias de violência, crimes e leis no Brasil**. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e A história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CUNHA, M C. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

KI- ZERBO, Joseph. **História geral da África**, I: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. *In*: LEITE, Ilka Boaventura. **Cadernos de debates nova cartografia social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PEREGALLI, Henrique. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio**: história dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139-163.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História do negro no Brasil**. São Luís: Centro de Cultura Negra - MA, 1985.

SWAIN, Tânia Navarro. **Identidade nômade**: heterotopias de mim. *In*: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.